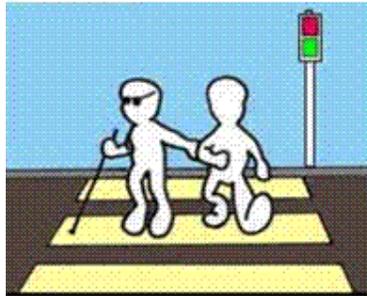


Breve histórico



Se olharmos para a História e tentando visualizar como os deficientes eram vistos, em muitos casos, quando a deficiência não é congênita, mas adquirida nas diferentes sociedades, não vamos enxergar um quadro bonito. A cegueira, por exemplo, era tida como um castigo de Deus e um peso para sociedade, e assim, o indivíduo era em geral marginalizado ou morto. Ainda hoje, nas sociedades indígenas mais afastadas, quando nasce uma criança /deficiente, ela é deixada, recém-nascida, para ser comida pelos animais na floresta, com plena justificati religiosa de alimentar os deuses.

Nossa sociedade, dita evoluída, também faz suas barbaridades, por um acidente ou velhice, a família com freqüência isola o indivíduo sob as mais variadas formas, desde a sua transformação em mendigo, no caso de pessoas pobres, até a reclusão permanente em casa ou em asilos, no caso de pessoas ricas.

Até o século XVIII, não houve investimento social para suporte à educação e formação de pessoas deficientes. Somente no século XIX começaram a surgir, em diversos lugares do mundo, escolas destinadas a pessoas com necessidades especiais. Uma das primeiras foi Escola dos Meninos Cegos de Paris, em que foi educado Louis Braille, que criou a técnica de escrita usada até hoje, modelo para a criação da primeira escola especializada brasileira: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje Instituto Benjamin Constant, em 1854 e do Instituto Nacional de Surdos-Mudos (hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos) em 1857, ambos no Rio de Janeiro.

Estas instituições espelhavam as características educacionais daquele momento histórico: era uma visão de escola segmentada pelas deficiências, e as crianças ou jovens ali se encontravam num mundo especial, com a formação escolar e o convívio social exclusivo, que visava primordialmente o bem-estar do indivíduo. O objetivo das instituições era geralmente profissionalizante, mas as profissões ensinadas entre uma gama muito pequena de opções (por exemplo, um cego seria músico, afinador de pianos ou professor de outros cegos). A base de funcionamento destas instituições era quase sempre o internato.

A evolução deste modelo teve como consequência o destaque cada vez maior aos aspectos médicos e psicológicos, onde os laudos e síndromes eram priorizados e as possibilidades individuais pouco exploradas. Em outras palavras, o indivíduo deficiente seria o que a medicina (ou a ciência) dizia que ele poderia ser, e que definia a priori suas

limitações e possibilidades. Essa visão, mesmo com todo desenvolvimento educacional ainda é muito forte até hoje em muitas instituições.

A situação dos deficientes no mundo ocidental começou realmente a se modificar nos anos 1970, com o regresso dos soldados feridos na Guerra do Vietnã aos Estados Unidos. Essas pessoas, muitas delas com problemas muito graves provocaram ações muito sérias e de grande repercussão e visibilidade contra o governo americano, já altamente impopular com a perda da guerra. Essas ações envolviam não apenas pedidos de indenização, mas especialmente visavam motivar o governo a criar leis específicas para garantia de participação social e de trabalho, e também a financiar pesquisas e apoiar ações que viessem a melhorar a vida dos deficientes criados como consequência da guerra.



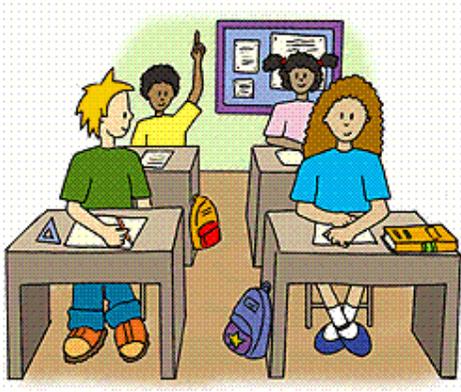
O tema educação especial não era abordado no Brasil até os anos 50, mas sim, na educação de deficientes. As poucas instituições existentes e a restrita literatura disponível direcionavam-se às deficiências específicas, não se configurando como sistema e definindo sua clientela como pessoas excepcionais, isto é, aquelas que em virtude de características intrínsecas, diferentes da maioria da população, necessitavam de processos especiais de educação.

Não há como negar que, nesta década, a educação especial sofreu um processo mais intenso de atuação, incluindo distúrbios, desajustes e inaptações de diferentes origens, culminando por volta dos anos 70 com a instalação de um subsistema educacional, com a disseminação de instituições públicas e privadas de atendimento ao excepcional e com a criação de órgãos normativos, nas esferas estadual e federal. (Bueno, 1993).

A despeito de figurar, na política educacional brasileira, desde o final da década de cinquenta do século passado até os dias atuais, a educação especial tem sido com grande frequência, interpretada como um apêndice indesejável, pois, segundo Mazzotta (1996, apud Mantoan e cols., 1997), numerosos são os educadores e legisladores que a vêem como meritória obra de alguns "abnegados" que se dispõem a tratar de pessoas com deficiência física ou mental. O sentido a ela atribuído é, ainda

hoje, muitas vezes, o de assistência aos deficientes e não o de educação de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.

Ao longo da história da Psicologia, a Educação Inclusiva, vem se mostrando como um desafio, pois durante muito tempo, os portadores de deficiências, ficavam segregados em instituições, para estudar e se tratar. Essa prática de exclusão social servia apenas para reforçar os já marginalizados pela sociedade. Mas, atualmente, o que está acontecendo, é a Educação Especial decorrendo pela mesma via da Educação Regular.



Hoje, privilegia-se a Educação Inclusiva numa escola, onde os professores possam buscar práticas de educar com êxito todos os alunos portadores de necessidades educativas especiais. E também os educadores que atuam como professores de apoio, os quais consistem na tarefa de proporcionar a esses educandos, reforço pedagógico necessário para assim, concluírem com êxito o seu processo educativo.

A Educação Inclusiva não surgiu por acaso, ela é um produto histórico de uma época e realidade contemporânea. As origens históricas do paradigma da Educação Inclusiva, os seus eixos básicos se constituíram a partir do encontro de quatro fontes básicas: a Psicanálise, a Luta pelos Direitos Humanos, a Psicologia Institucional e o Movimento de Desinstitucionalização Manicomial. Primeiramente a emergência da Psicanálise, através das contribuições de Sigmund Freud e Jacques Lacan, trouxe uma nova forma de se conceber os seres humanos. A Psicanálise revelou a importância da linguagem do inconsciente e da sexualidade nos processos de constituição dos sujeitos, ou seja, através dos ensinamentos de Freud e Lacan foi possível identificar que havia em relação à sociedade e aos sujeitos, uma leitura inocente do mundo, uma crença na intencionalidade direta e linear das ações dos sujeitos e da sociedade. Freud revelou que o sujeito e a sociedade podem ir contra si mesmo

Com isso, foi se tornando cada vez mais evidente que a sexualidade, a inteligência e a afetividade dos seres humanos não eram apenas produtos já dados, mas construções sociais e individuais. Segundo Mrech (1999), para Freud e Lacan, a ênfase estava nas relações e não em processos biológicos previamente concebidos e estruturados.

Mais tarde, a luta pelos direitos humanos veio ampliar ainda mais esta proposta. Ela delineou uma outra passagem que é a luta pelos direitos políticos. Segundo Mrech (1999), de 1964 a 1968, no meio universitário e fora dele, emergiu, no mundo todo, a defesa pelos direitos humanos aplicados a todos os sujeitos. Independente do fato de se pertencer a uma dada raça, cor, religião, situação financeira, etc. o objetivo era que todos os sujeitos tivessem acesso e direito garantido aos mesmos parâmetros de ingresso nos processos sociais e educativos.



Estes movimentos sociais foram a retomada, na prática, da luta pela Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, quando eles revelaram o papel estratégico que a Educação vem ocupando na manutenção, ao longo de décadas, de processos estigmatizadores.

Em decorrência, não foi ao acaso que emergiu na França, na década de 60, a Pedagogia Institucional ou Pedagogia Revolucionária, aquela cujas raízes se encontram, sobretudo, nos grupos dos Situacionistas internacionais que foram um dos grupos mais importantes na base da composição da Revolução de Maio de 1968, os quais desencadearam no mundo todo, uma nova forma de ver a cultura e a Educação.

Assim, a partir do conceito de situação, evidenciou-se que, para o sujeito, a sua ligação com o ambiente é de tal ordem que não há nem dentro e nem fora, dificuldade de separar onde o sujeito começa e o ambiente termina. Dessa forma, não é por acaso que o conceito nuclear em Educação Inclusiva seja o ambiente menos restritivo. A evolução do sujeito depende do ambiente ou da situação em que se encontra. São eles que criam ou não as condições necessárias para o seu desenvolvimento.

Entretanto, o Movimento de Desinstitucionalização Manicomial, foi o movimento mais transformador da cultura na década de 60 e 70, foi o movimento que determinou a quebra das cadeias manicomiais, como lugares de atendimento e tratamento excludentes dos doentes mentais. Esses movimentos propiciaram novas luzes aos processos de atendimento e tratamento dos doentes mentais. Eles revelaram a importância de situações saudáveis para o bom andamento dos sujeitos. Situações, em que os doentes mentais não ficassem excluídos dos ambientes comuns, em que a eles fosse dado o direito de participar de uma nova forma mais ampla e digna dos contextos sociais comuns.

Entretanto, para o paradigma da Inclusão, não são os deficientes que têm que se adaptar aos "normais", mas os "normais" que têm que aprender a conviver com os deficientes, porque o convívio com diferentes pessoas, fazendo com que as com necessidades especiais se desenvolvam com mais rapidez.

Atualmente, segundo Mittler (2002), milhares de professores trabalham para oferecer educação de alta qualidade a alunos com todos os níveis de deficiência, tanto em escolas tradicionais quanto especiais. O autor ressalta, ainda que já existem diversas

experiências positivas em andamento, muitas das quais tomadas como óbvias e não relatadas. Vários professores já estão ensinando de maneira inclusiva.



No entanto, é preciso ressaltar o quanto necessitam de treinamento adicional. Como afirmam Coll, Marchesi e Palácios (1995):

A predisposição de professores para a integração de alunos com problemas de aprendizagem, especialmente se esses problemas são graves e têm um caráter permanente, é um fator normalmente condicionante dos resultados que se obtém. Uma atitude positiva é já um primeiro passo importante que facilita a educação desses alunos em uma escola integradora. (p.23)

Este pensamento nos remete ao fato de que são os professores que têm o papel preponderante na atuação com o aluno com Necessidades Educativas Especiais.

Entendê-los também, pode nos ajudar na compreensão de uma possível Educação para todos, mais flexível, produtiva e, especialmente, voltada para a justiça social.

Aspectos jurídicos



Teoricamente as escolas teriam que estar preparadas para receberem o aluno com necessidade educacional especial, pois a lei diz que todos têm direito a educação.

Para atender a essas necessidades educacionais especiais, a escola deve estar preparada com profissionais capacitados, tecnologias assistivas, ... equipada com todos os recursos para auxiliar na formação do aluno com necessidades educacionais especiais.

Enquanto modalidade da educação escolar, a Educação Especial organiza-se de modo a considerar uma aproximação sucessiva dos pressupostos e da prática

pedagógica social da educação inclusiva a fim de cumprir os seguintes dispositivos legais:

- A Constituição Federal/1988, no inciso III Artigo 208, que prevê "(...) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino";

- A Constituição Estadual /RJ /1989, incisos IV e V do Artigo 305, que garante o "(...) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência e ensino profissionalizante na rede regular de ensino, quando necessário, por professores de educação especial";

- A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) com ênfase para seu título III - DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR e título V - DOS NÍVEIS E DAS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E ENSINO, particularmente em seus capítulos I e V, referentes à composição dos níveis escolares e à educação especial, respectivamente;

- A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) que, em seu Artigo VII preconiza: "Todos são iguais perante a Lei, sem distinção têm direito à igual proteção da Lei. Todos têm direito à proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação..." - e que no seu Artigo XXVI, proclama que: "Toda pessoa tem direito à instrução";

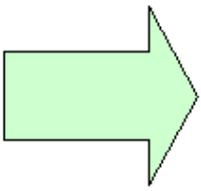
- A Lei nº 8.069/1990, sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente que dispõe no Art. 54, inciso III, sobre a educação, afirmando que "é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino";

- A Declaração de Salamanca e Linha de Ação - Sobre Necessidades Educativas Especiais - Espanha, 1994 -, cujo princípio fundamental " (...) é que as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras;

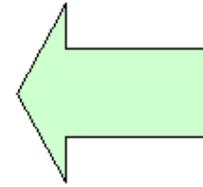
- O Decreto no 3.298, de 1999, que regulamenta a Lei 7.853/1989 que dispõe sobre o apoio à pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, assegurando o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais;

- O Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei 10.172/2001, em suas diretrizes sobre educação especial, ressalta que 'A educação especial, como modalidade de educação escolar, terá que ser promovida sistematicamente nos diferentes níveis de ensino. A garantia de vagas no ensino regular para os diversos graus e tipos de deficiências é uma medida importante'.

- A Resolução nº 2, do Conselho Nacional de Educação/CNE/CEB/2001 e a Deliberação CEE nº 291/2005 instituem as Diretrizes Nacionais e Estaduais, respectivamente, para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades, ratificando a obrigatoriedade dos sistemas de ensino quanto à matrícula de todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades



educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.



Abaixo estão alguns artigos da Deliberação nº 291 visando fundamentar as diretrizes para a Educação Especial na Educação Básica adotadas pela Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro:

- Art.8º. O atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica das redes pública e privada que integram os sistemas de ensino;

- Art.10. As escolas podem criar, ainda que extraordinariamente e em caráter transitório, ouvido o setor responsável pela Educação Especial, classes especiais para alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem vinculadas a causas orgânicas ou decorrentes de síndromes neurológicas, psiquiátricas e de quadros psicológicos graves e também de condições de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, que demandem apoios intensos e contínuos. de Educação);

- Art.11. Os alunos que apresentem necessidades educacionais especiais graves que requerem atenção individualizada nas atividades da vida autônomo e social, recursos, ajudas e apoios intensos e contínuos, bem como adaptações curriculares tão significativas que a escola regular ainda não tenha conseguido prover, deverão ser atendidos, em caráter excepcional, em escolas especiais, públicas ou privadas, atendimento esse complementado, sempre que necessário e de maneira articulada, por serviços das áreas de Saúde, Trabalho e Assistência Social.



Esses dispositivos legais possibilitam, a princípio, compreender as diferentes idéias pedagógicas subjacentes às estratégias de fazer educação, sob o ponto de vista de políticas educacionais, cujo objetivo essencial é a formação do cidadão, por parte dos diferentes poderes. É importante, porém, ter clareza de que, não são os dispositivos legais que definem, por si só, o projeto educacional, mas a forma como essa legislação é operacionalizada na realidade escolar.

